

ATA DA 010ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Gostaria de registrar a presença, no plenário, dos vereadores de Xaxim.

Sejam todos bem-vindos à Casa Legislativa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado João Amin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente deputado Gelson Merisio, srs. deputados que compõem a Mesa desta Casa, deputado Leonel Pavan, deputado Mario Marcondes, deputada Luciane Carminatti, deputada Ana Paula Lima e demais deputados presentes na sessão desta quinta-feira de manhã.

Eu gostaria de usar o tempo destinado às Breves Comunicações, início da sessão, para dar algumas satisfações para quem nos acompanha pela televisão, pela Rádio Alesc e também aqui na galeria da Assembleia Legislativa.

A primeira reunião da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, nosso líder deputado Silvio Dreveck, teve uma pauta de assuntos bem complexos. Presentes todos os membros, a deputada Luciane Carminatti, o deputado vice-presidente Valdir Cobalchini, e uma das atitudes que foram discutidas naquela comissão foi que antes da segunda sessão da comissão teríamos que dar uma resposta dentro da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano para essa situação das manifestações dos caminhoneiros que acontece em 26 pontos do nosso estado.

Então, gostaria de comunicar, não só aos membros da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, mas a todos os deputados desta Casa que na segunda-feira, às 10h, a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, juntamente com a Associação Comercial, que vai ser comunicada, a Polícia Rodoviária Estadual, Federal, já está enviando convites a todos os deputados, não só os membros das comissões para segunda-feira, às 10h, em Chapecó, no trevo da entrada da cidade com a BR-282, para que a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano dê uma resposta à sociedade.

Então, gostaria de comunicar a todos os demais deputados para que se façam presentes. Os vereadores de Xaxim estão convidados a prestigiarem e a nos acompanharem, obviamente que se até lá, quiçá aconteça o fim dessa manifestação, iremos cancelar, se não a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano estará presente. E como foi uma situação acordada entre todos os membros para que antes dessa segunda sessão que acontece na terça-feira, pudéssemos dar uma resposta à sociedade de Santa Catarina.

Também gostaria de dizer que quatro requerimentos de minha autoria aprovados na comissão foram discutidos, aprovados para que o

Plamus e o sr. ex-prefeito Cássio Taniguchi venha fazer uma explicação do plano de mobilidade para a Grande Florianópolis principalmente, mas também faço uma apresentação de todo o plano.

O requerimento das obras da SC-405 que leva ao aeroporto, ao sul da Ilha para que o superintendente do Deinfra e o secretário de Infraestrutura venham se colocar à disposição para explicações, como também da SC-403, que leva à praia dos Ingleses, à região norte da Ilha, à praia do Santinho, ao Rio Vermelho. Essas duas obras se encontram paradas. Já houve até mudança de empresa executora do serviço no caso da SC-403, e a obra do sul da Ilha está parada penalizando quase 100 mil habitantes e na região norte, só nos Ingleses, 50 mil, deputado Natalino Lázare.

Então, são obras que o governo do estado tem que mandar o representante específico do assunto a esta Casa para que os representantes da comissão do Transporte e Desenvolvimento Urbano possam ouvir as dificuldades, sugerir algumas modificações para que essas obras aconteçam no ritmo mais acelerado possível. Também será convidado, já que foi aprovado o requerimento para que o Deinfra e a secretaria de Infraestrutura venham também explicar a situação da Ponte Hercílio Luz.

Como é que o leigo, ou seja, quem não é engenheiro, interpreta isto: o Deinfra assina um contrato nem que seja sobre o vão central da Ponte Hercílio, e o governador viaja aos Estados Unidos para tratar com uma empresa americana sobre a ponte? Como é que o leigo interpreta isso? Eu sou leigo, eu não sou engenheiro, e tenho interpretado isso como, pelo menos, estranho.

Por isso é a oportunidade para a secretaria, para o Deinfra virem à comissão desta Casa e explicar com muita naturalidade o que vem acontecendo, apresentar um cronograma de execução da obra e também, por fim, o último requerimento para que a Autopista Litoral Sul venha nesta Casa explicar o cronograma do contorno viário da BR-101, porque os municípios de Biguaçu, Palhoça, Florianópolis e São José vêm sofrendo tanto e

também os caminhoneiros, os passageiros, os usuários da BR-101 que querem saber o porquê dessa obra não acontecer já que teria que estar finalizada em 2012.

Então com muita ajuda dos membros da comissão, tivemos essa pauta de assuntos na reunião que foi muito proveitosa. Assim, esperamos que esses assuntos sejam tratados na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, a comissão desta Casa que tem que tratar sobre o assunto de mobilidade, de transporte e de desenvolvimento urbano.

Por fim, queria convidar todos os deputados que ainda estão na cidade para hoje à noite, às 19h, quando esta Casa, em sessão especial, homenageará a Irmandade Senhor dos Passos pelos seus 250 anos e lançará hoje à noite, oficialmente, a procissão do Senhor Jesus dos Passos de 2015.

É uma manifestação religiosa das mais importantes do estado de Santa Catarina que leva fieis no sábado, à noite, no domingo à tarde, milhares de fieis ao centro de Florianópolis entre a Catedral e o Hospital de Caridade numa demonstração de fé.

Então, será lançada este ano aqui nesta Casa, em sessão especial, hoje, à noite, às 19h, numa solenidade que homenageará diversos ajudantes desta grande procissão. Quem fará uso da palavra pela Irmandade será o ex-vereador Aloísio Acácio Piazza. Convido todos os deputados que puderem se fazer presentes nessa sessão especial, em homenagem à Irmandade Senhor dos Passos.

Seria isso, sr. presidente.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - O próximo orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, deputado Mario Marcondes, srs. parlamentares, sras. parlamentares desta Casa do Povo, também saudar todos telespectadores da TVAL.

E antes de me referir também sobre o mesmo assunto que o deputado João Amin falou no seu

pronunciamento, disse que todas às vezes que eu tiver a oportunidade de usar a palavra nesta Casa deixo registrado aqui o pedido ao governador Raimundo Colombo referente ao Centro de Eventos do governo do estado de Santa Catarina, em Balneário Camboriú, pois é mais um dia que a obra está parada ou sem ser realizada.

Disse ontem ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que me deu todo o apoio e que é solidário a esta questão, que faria isto todas as vezes que tiver oportunidade: governador Raimundo Colombo, inicia a obra do Centro de Eventos de Balneário Camboriú.

Eu queria fazer aqui uma leitura do nosso e presidente do PSDB nacional, Aécio Neves.

Deputado Dr. Vicente Caropreso, a nota diz o seguinte:

"Mais uma vez a falta de diálogo e, sobretudo, os erros e contradições das decisões do governo federal nos últimos anos, atingem um setor central da nossa economia.

A paralisação dos caminhoneiros é ruim para todos: para os trabalhadores, para seus empregadores e prejudica em cheio a população. É a categoria que transporta o Brasil e que agora sofre o grande impacto causado pela crise na economia, somada ao aumento não apenas do diesel, mas do custo de vida de suas famílias. Os caminhoneiros, assim como todos nós, brasileiros, buscam uma luz ao final do túnel."

Na verdade, essa nota é a nota que todos nós gostaríamos de fazer, é o sentimento dos brasileiros, é o sentimento dos parlamentares do nosso país, dos vereadores, dos prefeitos, dos vice-prefeitos, dos deputados estaduais, federais, senadores e, com certeza, até da presidência da República que em vez de tomar uma decisão de agir com seriedade e com responsabilidade para que sejam minimizados os problemas, para que o Brasil volte à normalidade, mas parecem que estão dormindo em céu de brigadeiro que tudo está bem.

Nós esperamos realmente que isso seja resolvido.

Nós não somos favoráveis à desordem, não somos favoráveis que se tomem atitudes radicais para alertar o governo dos erros cometidos. Nós somos favoráveis que haja, sim, manifestações ordeiras, como foram feitas.

Sabemos que isso está causando um prejuízo enorme à população brasileira. Certamente, deverão fazer algo para que esses problemas sejam amenizados e que o Brasil volte à tranquilidade. Não é apenas multá-los porque estão paralisando, mas é preciso achar uma solução para que isso realmente termine de vez e que ninguém seja prejudicado.

Mas eu acho que precisa atenção aqui é do governador Raimundo Colombo. Eu vi uma atitude exemplar do deputado João Amin, convocando os deputados para que nos desloquemos até Chapecó a fim de conversar com este setor. Mas qual atitude o governador tomou até agora? E solidariedade a quem ele vai ter agora? Aos caminhoneiros? Às famílias que já sentem a falta da alimentação? Àqueles que estão sendo prejudicados em função da manifestação? Qual a solidariedade, qual caminho está tomando o governador, se o prejuízo é geral?!

Quando ele diz que por solidariedade apoia a Dilma para presidente da República, ele tomou uma atitude. Mas qual caminho ele tem para a solidariedade e a quem? Aos caminhoneiros, que estão paralisando as rodovias, ou àqueles que estão sofrendo com a paralisação?

Um governante tem que ter rumo, tem que ter decisão, tem que saber dizer o que quer e como fazer. Não tem que ficar apenas reclamando da burocracia, dos problemas para governar o estado ou um país, pois foi eleito sabendo das dificuldades, e governou com dificuldades, como ele colocou várias vezes, mas não hesitou em ir para a reeleição e continua reclamando da burocracia.

Um governante, um líder, tem que coordenar os seus movimentos, um líder tem que dizer o que quer, como quer, e como deve ser. Não é ficar esperando que as coisas se normalizem em função dos diálogos de um e de outro. Esperamos que o

governador também tenha uma posição e diga com qual segmento ele vai se solidarizar. Com os caminhoneiros, com os que estão sendo prejudicados, ou novamente com a presidente Dilma.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Ouço a deputada Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Gostaria de relembrar que foi por uma proposição da bancada do Partido dos Trabalhadores, inclusive foi na minha manifestação, no horário do partido, que nós sugerimos que a comissão de Transporte dialogasse com esses caminhoneiros e motoristas. E foi a partir dessa ação da bancada do PT que nós levamos à comissão de Transportes esse debate. Acho que os deputados estão fazendo a sua parte, estão provocando, procurando manter o diálogo, mas também precisamos compreender esse movimento.

Esse movimento tem dificuldades de definir uma interlocução. Eu mesma fui procurada por Brasília para ajudar a identificar os seus líderes. E quero dar um exemplo aqui, com relação à lei do descanso. O governo tem entendimento da sanção, parte dos caminhoneiros não quer a sanção, mas quem é dono quer. Aqui está o conflito instalado!

Então, nesse movimento se juntam vários interesses, os que são legítimos, que estão perdendo dinheiro, sim, conheço vários que estão trabalhando quase que de graça, no vermelho. Os donos de transportadoras, que foram beneficiados pelo BNDES, com financiamento para comprar as suas carretas, 100, 200, 300 carretas, e estão todos parados ajudando, como se estes tivessem grandes dificuldades, assim como aqueles que estão sobrevivendo. E tem muitos outros que eu cheguei a ver, me mostraram distribuidoras em que um só caminhão tem lucro de R\$ 10 mil por mês.

E tem também os que querem derrubar a Dilma! Tem também, porque eu vi várias faixas que diziam Fora Dilma. Então, esses são os interesses colocados, mas eu quero dizer que a presidente Dilma, através da secretaria da Presidência da República, está a dois dias negociando. Mas nós

temos este cenário de dificuldades e precisamos ajudar neste processo.

E quando a gente fala de diálogo, deputado Leonel Pavan, veja o que está acontecendo com o Paraná, o estado do Paraná está parado, literalmente. Então, a gente precisa buscar coerência em todos os campos. Com relação ao nosso governo, nós abrimos canal de negociação, mas todos aqui que negociam, e v.exa. já foi governador sabe, têm pautas que são longas, é mesa de negociação. Não é de hoje para amanhã.

Mas, aqui no estado, eu quero concordar com v.exa., o governador, até agora, não abriu nem um diálogo com a sociedade. Nós temos os problemas das rodovias, temos o custo do diesel, que tem o imposto da CIDE e do ICMS. Quem sabe nós poderíamos ir começando a discutir o nosso estado, que está mais perto, também.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Parabéns, nobre deputada Luciane Carminatti. Suas colocações são importantes.

Esse processo democrático é importante nesta Casa porque assim nós conseguiremos dirimir as dúvidas e colocar nossas opiniões à avaliação pública. Nós não somos a favor da desordem, nós não somos a favor de que qualquer manifestação traga prejuízo a outros, tanto aqueles que estão sendo prejudicados, muitos estão desgostosos com a presidente Dilma, como aqueles que estão fazendo manifestações.

Só que esta não teve líder, não teve apoio político, não teve segmento que organizou esta paralisação, ela aconteceu espontaneamente através dos caminhoneiros. Eu não concordo que qualquer manifestação venha trazer prejuízo à população. Acho que esta é importante, mas nós temos que achar um caminho para que a população, a agricultura familiar e outros segmentos também não sejam prejudicados.

O fato, deputada Luciane Carminatti, é que esta paralisação surgiu pela ineficiência do governo federal, por tudo que está acontecendo em nível de Brasil, porque se prometeu uma questão em campanha, e se executa outra logo após a campanha.

Isso trouxe uma instabilidade à economia e uma instabilidade nas famílias e naqueles que têm que pagar o aluguel da carreta, a prestação da carreta, o leite, o pão, o alimento. Também trouxe a estes uma insegurança da vida, por parte de uma falha do governo federal em não trazer uma segurança econômica, uma segurança familiar.

Se o Brasil começar a tomar posições como essa a cada erro do governo federal, nós vamos ter um Brasil parado, todos os dias, pelo segmento A, ou segmento B. Mas o fato, deixo aqui registrado mais uma vez, srs. parlamentares, que faltou e falta do governador do meu estado, governador que eu já apoiei, eu apoiei para senador, que eu já apoiei para governador, falta por parte dele uma decisão de um líder, de um governante, de um homem que tem um dos melhores estados do nosso país sob as suas mãos.

Ele tem que tomar uma decisão, ele tem que conversar, chamar os líderes e dizer. Santa Catarina, como eu disse da tribuna, é um dos melhores estados do Brasil e nós não podemos ser um estado exemplo na questão negativa. Santa Catarina é de todos nós e não de um partido político.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Fernando Coruja, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente Leonel Pavan, srs. deputados, sras. deputadas.

Eu vou me pronunciar a respeito de um tema que provavelmente vai orientar o meu mandato de deputado estadual, nesta Casa, neste período que eu permanecer aqui, que é a possibilidade prevista na Constituição da elaboração de uma emenda constitucional, a partir das Assembleias, para alterar o pacto federativo.

O Brasil é uma federação e está na sua 8ª Constituição. Alguns falam em sete, já que dizem que 67 e 69 foi a mesma Constituição. E o nosso

estado só foi estado unitário uma vez, durante a vigência da Constituição de 1824. A partir da Constituição de 1891, 34, 37, 46, 67, 69 e 88 a Constituição brasileira prevê um estado federado. E em 88 houve inclusive uma inovação. Os entes da federação deixaram de ser apenas a união, os estados, o distrito federal e os municípios, no Brasil. Ganham autonomia, está lá no art. 18 da Constituição, os municípios são autônomos.

A diferença de uma federação e de um estado unitário é exatamente que a federação tem autonomia dos entes federados, autonomia administrativa, gerencial, autonomia política, são eleitos governadores, prefeitos, deputados estaduais e federais. Atualmente é orçamentária, e uma federação se caracteriza por outras coisas, pela impossibilidade de secessão, de separar um estado da união.

Só que a federação brasileira é uma federação que se formou diferente da federação americana, que é o grande modelo. A federação americana foi uma federação formada de uma maneira dita centrípeta, porque lá havia as treze colônias que se aglutinaram para formar a federação americana. No Brasil a federação é centrífuga, era um estado unitário que se separou, é diferente.

Aliás, a palavra federação vem de uma palavra do latim, *foeder*, largamente conhecida no meio popular, que significa união, então federação é união, o modelo americano. Aqui no Brasil foi uma descentralização. Só que a federação brasileira passou por vários instantes, normalmente a federação se fortalece quando a Constituição é implantada, as constituições que foram democráticas, as Constituições de 34 e de 91, as de 46 e 88, que foram Constituições Promulgadas, elas fortaleceram a federação. Os municípios enriqueceram em 88, os estados se tornaram fortes. Mas outras Constituições, a Constituição de 37, do Getúlio, de 67 e 69, que foram ditatoriais, elas fortaleceram o poder central.

Em 88 a federação de fortaleceu, mas ao longo da caminhada, nesses últimos anos, houve um brutal enfraquecimento do poder político, financeiro,

administrativo dos entes federados. Estão fragilizados. É preciso, e todo mundo reconhece, alterar o pacto federativo. É preciso aumentar o poder dos estados e dos municípios, financeiro, e aumentar também a capacidade legislativa dos estados e municípios.

Estados e municípios não podem legislar. Nós, aqui, temos uma capacidade legislativa muito pequena. Ontem aprovamos aqui um projeto do deputado Antônio Aguiar. Para aquele projeto ser considerado constitucional tem que considerar que é direito da educação. Se considerar que está interferindo na questão da escola, de fazer uma cobrança ou não, que é direito civil, é inconstitucional. Se for direito da educação, pode. Aliás, ontem, o Supremo decidiu que uma lei de Santa Catarina que limita os alunos, por sala de aula, em 40, e em determinadas circunstâncias em 25, é constitucional, por entender que é direito à educação. Se fosse direito civil não podia. A nossa capacidade legislativa é pequena.

Então, é preciso alterar. Sem dúvida nenhuma, é preciso alterar, todos reconhecem isso. Mas por que não altera? Veja bem, quem é que pode propor a emenda à Constituição? Três. Já que há um entendimento que é discutível, que o próprio povo não pode propor emenda à Constituição. Quem pode propor? Um terço dos membros da Câmara de Deputados e Senadores, o presidente da República e, inciso III do art. 60, mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da federação, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa dos seus membros.

Ora, o presidente, seja quem for, sempre se manifesta, os candidatos se manifestam na campanha com a ideia de alterar o pacto federativo. Uma vez eleitos, não se percebe nenhum movimento, porque evidentemente ninguém quer dividir o poder.

E há várias emendas tramitando no Congresso Nacional. O Brasil, pelo seu modelo político, tem um estado onde o Poder Legislativo é cooptado pelo Executivo. Então, imagino que devemos começar um movimento, e propus a criação de um fórum parlamentar, para que seja possível propor uma

emenda constitucional a partir das Assembleias. É difícil. É preciso se fazer uma proposta nesta Assembleia, aprová-la em pelo menos 14 Assembleias e levá-la ao Congresso.

Se houver um movimento com característica popular, a partir da base, das Assembleias, envolvendo a Câmara de Vereadores, podemos mobilizar isso. É um momento difícil, mas temos que pensar o Brasil em médio e longo prazo. Vou pautar meu mandato nessa questão.

O Sr. Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Obrigado, deputado! V.Exa. levanta uma matéria de relevante interesse. Esse é um tema meio que escamoteado. Trata-se de uma vontade da maioria dos catarinenses, para poder se ver livre de muitas políticas que nos são impostas. Também serei o porta-voz da mudança do financiamento da Saúde, baseado na perspectiva que se tem da mudança constitucional com relação à autonomia dos estados. Se observarmos o que acontece nos municípios com referência à saúde, sobra razão para v.exa. continuar com esse belo trabalho. E terá meu apoio.

O Sr. Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Gostaria de parabenizar v.exa., como municipalista que sou. Este é o grande caminho, porque as coisas não acontecem em Brasília. Esse pacto federativo está sendo debatido desde quando fui prefeito pela primeira vez, e não aconteceu.

Imagino que a sua proposição seja correta e muito oportuna porque o deputado estadual está mais próximo do vereador, do prefeito, e é mais fácil conseguirmos a mobilização necessária já que o Congresso Nacional não faz essa transformação tão importante e imperativa. Sou solidário e entendo que um município pobre não desenvolve. Dinheiro na mão do prefeito dá mais resultado. É preciso inverter a pirâmide da distribuição de

receita. Esse é o caminho para fazer tal modificação, deputado, ou seja, através das Assembleias Legislativas. Parabéns.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Agradeço o aparte.

Evidentemente é uma tarefa difícil, árdua. Envolve mudanças no Congresso Nacional, mas se houver um processo de mobilização geral é um caminho. Estamos construindo uma forma de fazê-lo. Isso precisa mudar, mas é necessário encontrarmos uma fórmula. O senador Luiz Henrique, quando candidato ao Senado, levantou essa bandeira com força, mas percebemos que quando se chega lá há dificuldade de fazer aquilo que falamos. Mesmo sendo bem intencionado, às vezes o político não consegue. Então, essa é uma fórmula prevista na Constituição. No tempo que estive lá, nunca vi ser utilizada. Acho que houve em um momento uma proposição de algumas alterações feita pela União das Assembleias Legislativa, mas não vi uma coisa formal a partir do que propõe a Constituição.

Então, acho que é um caminho que pode ser feito. Nos estados Unidos, para fazer uma comparação, a maior parte do dinheiro é municipal e estadual e a União fica com a menor parcela. Aliás, a federação americana é muito forte, Alguns estados tem até a moeda, o dólar estadual. Então, precisamos mudar. É uma tarefa difícil, mas vamos trabalhar cotidianamente nisso e peço o apoio dos deputados para que possamos trabalhar nessa questão. Vamos organizar esse fórum e tentar alinhar uma proposta, discutir evidentemente com todos, pois todos têm que participar. Há a proposta do deputado Dr. Vicente Caropreso que é certamente fixar 10% dos gastos da União através de emenda constitucional para a saúde.

Muito obrigado!

(EM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Presidente (Deputado Leonel Pavan) - Certamente o seu projeto terá apoio dos parlamentares e coloco-me a disposição de v.exa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, primeiramente quero saudar a todos.

Quero fazer um convite a todos. Teremos, a partir de hoje, no sul de Santa Catarina, um dos maiores eventos, a Arrancada dos Caminhões, em balneário Arroio do Silva. A categoria dos caminhoneiros, que é responsável por 95% do PIB brasileiro, que trabalham pelos asfaltos do Brasil. É preciso que esta categoria seja reconhecida. Hoje, vimos os encaminhamentos do governo federal, mas eles não beneficiam os caminhoneiros autônomos. Por isso não houve o desembarque do movimento. Continua havendo o movimento em muitos estados porque os autônomos não foram beneficiados. Então, é necessária uma consideração nesse sentido para que voltem a trabalhar.

Mas também quero falar hoje do maior evento de arrancada de caminhões do mundo, pois consegue trazer 150 mil pessoas para o balneário Arroio do Silva. A emoção é muito grande. O motorista que errar está fora. No ano passado houve um acidente e trouxe a morte de um dos maiores pilotos do Brasil, o Beber. Ele era piloto de carro, caminhão e avião. Acabou ganhando a corrida, mas teve um acidente e perdeu a vida. Fizemos uma reunião na época, mas por unanimidade foi decidida a continuidade da Arrancada de Caminhão porque acidentes ocorrem em tudo que é canto. Ele será homenageado. O troféu levará seu nome e com certeza sua família estará presente para receber a homenagem. Ele era apaixonado pelo arrancadão, um grande amigo.

Quero convidar a todos os parlamentares para irem até o balneário e assistir a arrancada. Precisamos prestigiar esse grande evento que ocorre no mundo todo, mas nenhum com o tamanho e a organização deste em Araranguá. Teremos fumaça, areia e adrenalina. O evento foi criado no meu mandato para valorizar o homem da estrada, o motorista de caminhão, para que pudesse mostrar as suas habilidades. Assim, convido a todos para viver esse momento importante. Depois de um movimento de paralisação vem um momento de festa.

Os caminhoneiros se preparam o ano todo para essa corrida.

Eu tenho vários títulos, mas no momento não estou participando. Prefiro acompanhar as autoridades e as pessoas que lá chegam para comemorar essa festa. Será uma honra receber a todos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO Manoel Mota - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, todos nós conhecíamos a sua história de serviços prestados a Santa Catarina. Sabíamos que começou sua vida como caminhoneiro, mas não que participava das corridas. E quero aproveitar seu pronunciamento para elogiar o governo que agiu rápido na negociação com os caminhoneiros do Brasil, atendendo em parte as reivindicações da carência do financiamento, da sanção da lei dos caminhoneiros, do não reajuste do preço do óleo diesel nos próximos seis meses, porque os últimos aumentos foram absurdos.

Dito isso, quero dizer que estávamos preocupados com o Brasil porque a rigor grande parte da economia do país vem, ou seja, trafega através do modal rodoviário. Então, nós precisamos estar atentos a essa questão. Acho que acabou bem, mas foi um sinal, fica o recado. Agora, foi o dos caminhoneiros e daqui a pouco poderá ser outra categoria. Dia 15 de março com certeza o povo vai estar na rua e nós temos que estar atentos porque o Ulysses Guimarães afirmou com a sua sabedoria que a única coisa que coloca medo na política é o povo na rua.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado, quero lhe agradecer e incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento. Quero dizer que isso é verdadeiro. Estava lá o Pedro Lopes, presidente da Federação das Empresas de Santa Catarina, também o governador, Raimundo Colombo.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado, apenas quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e reforçar o convite que v.exa. está fazendo para participar do Arrancada de Caminhões, que é única no mundo, no belo balneário de Arroio do Silva, que v.exa. além de ser piloto é o principal idealizador dessa competição que perdura até hoje e que orgulha todos nós. Quero desejar sucesso e, obviamente, também servir de homenagem a essa classe que merece o reconhecimento do Brasil, que é a categoria dos caminhoneiros do qual v.exa. faz parte.

Parabéns, sucesso ao evento e irmano-me ao seu pronunciamento, convidando a todos para estarem em Arroio do Silva, neste final de semana, na Arrancada de Caminhões.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Obrigado, deputado. Quero dizer que o Brasil inteiro vai estar presente, mas Santa Catarina gostaria que tivesse presente para comemorar a maior festa deste país.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Quero me solidarizar com o deputado Manoel Mota, agradecer o convite e dizer que se possível estaremos presentes, em Araranguá, prestigiando o evento.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados PT.

O Sr. Darci de Matos - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Eu quero registrar a presença do vereador, Gui Pereira, jovem, dinâmico, que realiza todos os anos a Peixada do Gui, a maior festa da juventude da Ilha de Santa Catarina, onde tivemos o prazer de prestigiar junto com ele. O vereador tem feito um

grande trabalho na Câmara de Vereadores de Florianópolis. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Também queremos dar as boas-vindas ao vereador.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, deputadas e deputados, neste dia me sinto numa alegria em estar aqui, na tribuna, falando em nome do meu partido e recebendo uma delegação dos amigos da melhor idade de Pinhalzinho, que estão nos visitando. Sejam bem-vindos!

Quero, hoje, em nome da nossa bancada, falar sobre o grande empenho da nossa equipe federal, especialmente, do ministro Rossetto, uma liderança extraordinária do Rio Grande do Sul, onde foi vice-governador, ministro por vários anos e, agora, comanda a secretaria-geral sendo ministro da Casa Civil. Então toda essa luta, essa articulação que o governo federal vem fazendo para tentar buscar o entendimento entre a mobilização dos caminhoneiros. São inúmeros pontos discutidos que foram pautas dos caminhoneiros. Como a lei do descanso, a lei do direito dos trabalhadores do transporte dos caminhoneiros, sobre a questão das dívidas dos caminhoneiros.

Mas, preciso fazer uma ressalva sobre a fala do deputado Marcos Vieira, ontem. Eu vivo isso há muito tempo e quero dizer que o crédito que o governo federal criou não foi para endividar os caminhoneiros, quando um governo coloca recursos à disposição, como fez com a agricultura familiar, deputado José Milton Scheffer, v.exa. que é da área conhece muito bem, quando se coloca recurso à disposição, a categoria, os trabalhadores, podem fazer investimentos. Agora às vezes se faz investimentos errados, é verdade. Eu questionei muito amigos, companheiros agricultores que em vez de comprar um trator pequeno, compravam um trator grande, porque tinham recurso à disposição, a juro baixo. Então, dizer que isso gera endividamento, que não dá para colocar dinheiro à disposição. Na época do governo passado não tinha dinheiro para se investir, agora tem recurso para investir,

tanto na agricultura como em outros setores. Então, foi colocado recursos à disposição, a juros baratos, 2,5% por ano. Claro que os problemas financeiros vêm e depois pode ter problema de endividamento, isso é natural. Agora, dizer que colocar recursos à disposição é para endividar as pessoas, não é verdade, não concordo com isso.

Então, a renegociação de dívida, um prazo de carência, a criação de uma mesa permanente para negociação para discutir o preço do frete, que é uma questão polêmica e precisa ser discutida com os empresários, a forma de como construir uma tabela de preço do frete, existe encaminhamentos nesse sentido. Além disso, o governo anunciou a criação, por empresas e caminhoneiros, de uma tabela referencial de fretes que compensam o transporte dos nossos caminhoneiros. Então, depois de muita negociação se chegou a esses encaminhamentos, os líderes dos caminhoneiros que estavam lá, em Brasília, do Brasil todo concordaram, acertaram a negociação, mas nós percebemos, hoje, pela imprensa, que líderes que não participaram da reunião em Brasília, pretendem continuar com a mobilização.

Então, esperamos que hoje ou amanhã se consiga, de fato, dar um desfecho melhor a isso tudo. Esperamos que os caminhoneiros compreendam a situação e consigam construir, de fato, uma mesa de negociação periódica, onde possamos dar uma qualidade de vida melhor para essa categoria.

A esperança que todos têm é que esse impasse se resolva nos encaminhamentos para podermos voltar à vida normal.

Eu estive conversando com um amigo, que é transportador de leite, no oeste, ele disse que iria buscar o leite dos agricultores, mas se não conseguisse voltar, quem iria pagar o prejuízo. Então, todos estão empenhados em buscar encaminhamentos.

Também gostaria de falar sobre uma informação que hoje está na coluna do jornalista e comentarista político, Moacir Pereira, que trata da alimentação escolar do estado. Estou com o documento em mãos, do mês de fevereiro, do

ministério da Educação para a secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, que fala da suspensão do repasse de recursos da alimentação escolar nacional, Fundo de Nacional de Alimentação Escolar para o estado, que suspende o repasse dos recursos, a partir de uma auditoria feita por um longo período em Santa Catarina, viu-se aqui várias irregularidades no repasse da alimentação escolar, frente à legislação nacional, especialmente a não compra dos 30% da agricultura familiar. Não cumprir a lei federal de 2009, que garante que os municípios do estado devem comprar os recursos da alimentação escolar 30% da agricultura familiar. Outro problema que está nessa auditoria, muito claro, é que se usou os recursos da alimentação escolar não somente para compra de alimentos, e a lei é clara: Os recursos para alimentação que vêm do Fundo é para comprar comida, comprar alimentos e não para pagar funcionários e outras coisas da área de infraestrutura. Então, o estado precisa limpar isso, inclusive a secretaria da educação esta, hoje em Brasília, para discutir isso, mas, infelizmente, as regras não estão sendo cumpridas. Vai para o quinto ano. Agora, esta semana sai uma nota da secretaria da Educação que diz que agora vai comprar da agricultura familiar.

No ano passado chamaram, as entidades, as cooperativas, assinaram os convênios e até agora as cooperativas não entregaram nada de alimentos. E agora, novamente, nos últimos dias sai uma nota da secretaria da Educação dizendo que vão comprar. São quase R\$ 38 milhões por ano que o Ministério da Educação passa para a secretaria de Estado da Educação para compra de alimentos para alimentação escolar de nossas crianças. E as regras, infelizmente, não estão sendo cumpridas, sem falar no processo de terceirização e privatização da compra da alimentação do estado que gera, inclusive, um conjunto de denúncias que estão na auditoria, tudo muito claro, é descumprimento de regras na lei que trata sobre o tema da alimentação escolar em nosso país. A lei aprovada em 2009, ela garante que as nossas crianças nas

escolas, tenham uma alimentação de qualidade, regular, para que traga saúde para as nossas crianças. Se a secretaria de Educação não cumpriu essas regras, foi alertada, foi avisada, durante vários momentos, as entidades, o conselho estadual da alimentação escolar está fazendo um belo trabalho acompanhando nas escolas, fiscalizando, muita coisa já foi denunciada há muito tempo e não foi resolvido pela secretaria. Inclusive, estamos discutindo a possibilidade de também buscar o apoio do Ministério Público para acompanhar mais de perto, porque nós estamos sendo prejudicados e espero que não digam que é problema do governo federal. O problema é da secretaria e Educação...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

O Sr. Deputado João Amin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, eu já fiz uso da palavra nas Breves Comunicações, então, cedo o tempo do Partido Progressista ao deputado Dr. Vicente Caropreso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Pois não!

Com a desistência e cordialidade do deputado João Amin, do Partido Progressista, os próximos minutos são destinados ao PSDB, do Bloco Social Progressista.

Com a palavra o sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso, por até doze minutos.

O SR. DR. VICENTE CAROPRESO - Obrigado, sr. presidente, senhoras deputadas e senhores deputados.

Hoje, ouvimos um discurso importante do eminente deputado Fernando Coruja a respeito de

uma proposta legislativa para alterar o pacto federativo. Extremamente importante, mais que oportuno e contemporâneo, é algo que realmente diz respeito a qualquer um dos cidadãos que leem as notícias hoje em dia para saber aonde vai o nosso dinheiro, onde fica o nosso dinheiro e é justamente sobre isso que eu gostaria de falar mais uma vez. Eu fiquei muito honrado em ter sido convidado para assumir a vice-presidência da comissão de Saúde, que é presidida pela deputada Ana Paula Lima. Nós temos um trabalho muito intenso pela frente e dados oficiais apontam que o Brasil gastou, computando os valores investidos pelos governos, federal, estaduais e municipais, em 2013, R\$ 3,05 por dia para os mais de R\$ 200 milhões de pessoas que necessitam do SUS.

O gasto *per capto* em saúde por ano dos três anos da federação em 2013 foi de R\$ 1.098,75. Esse número está muito abaixo dos parâmetros internacionais e representa apenas a metade do que gastaram os usuários dos planos, por exemplo, de saúde no Brasil nesse mesmo período do ano de 2013. Cada participante de plano de saúde teve o custo mensal em média de R\$ 179,00, ou seja, cerca de R\$ 2.150,00 por ano ou o dobro do que o SUS gasta. No mesmo período, Santa Catarina, em 2013, gastou por dia R\$ 0,96 por habitante; R\$ 28,88 por mês, com total de R\$ 346,53 por ano com saúde.

Os três setores públicos atingiram em 2013 a cifra de R\$ 220 bilhões, incluem-se nisso o pagamento de funcionários e outras despesas de custeio da máquina da saúde. Portanto, gasta-se, efetivamente, menos em saúde do que é alardeado.

Atualmente, o Orçamento da União, para os senhores terem a lembrança, é calculado na variação do PIB mais o orçamento anterior. Foram perdidos de 2001 até 2012 R\$ 94 bilhões em investimentos na Saúde. Em Santa Catarina, dos 122 hospitais filantrópicos que atendem 67% das internações SUS a dívida acumulada beira R\$ 800 milhões. O estado, através da secretaria de estado da Saúde, repassa R\$ 50 milhões\ano, o que já é um alento, mas insuficientes para manter os hospitais

com esse atendimento do SUS, e mesmo assim com atraso.

Esperamos, portanto, que esse repasse seja revisto urgentemente. A tabela do SUS está defasada há 20 anos, e o ministério da Saúde nega-se, por exemplo, a revê-la, e sugere a sua extinção, causando pânico e apreensão entre os prestadores de serviços.

Enfim, esse é um quadro que nos guarda, um desafio muito grande nos trabalhos da comissão da Saúde que, no meu ponto de vista, sob a ótica de vários outros componentes da referida comissão, está o grande desafio, ou seja, o financiamento da saúde para desafogar os municípios, hoje, já argolados com esses empenhos. Por exemplo, Blumenau, com mais de 28%; Joinville, com mais de 34%; Jaraguá, 27,5%; e tantos outros já altamente comprometidos em seus orçamentos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputado Dr. Vicente Caropreso, v.exa. que tem a honra de participar da comissão de Saúde e já teremos a nossa primeira reunião marcada para os próximos dias e temos o diagnóstico da questão da saúde no estado de Santa Catarina bem representada, bem feito pelo ex-deputado Volnei Morastoni, que foi presidente daquela comissão, sendo que ele fez várias audiências públicas em todo o estado, portanto, temos esse diagnóstico e outras demandas que estão sob a nossa responsabilidade para debatermos na comissão de Saúde desta Casa.

Mas quero aqui reafirmar que foi tirado a CPMF, que era um dinheiro da saúde, mas temos que rever a tabela do SUS. Também temos que estar atentos a essas demandas no estado de Santa Catarina. Nós temos uma reunião na próxima segunda-feira, em Blumenau, com o secretário de estado da Saúde, onde os prefeitos estarão reunidos, porque estão atrasados os repasses da secretaria de estado da Saúde às prefeituras,

principalmente aos mutirões de cirurgias, que foram feitas e não foram pagas há seis meses.

Nós temos na nossa comissão dois ex-secretários de Saúde: o deputado Fernando Coruja e também o deputado Dalmo Claro, que vão dar essa contribuição tão necessária para tentarmos solucionar esse problema no nosso estado.

Acho, sim, que temos que rever alguns posicionamentos, estarmos atentos também às denúncias que estão acontecendo. Por exemplo, à máfia de órteses e próteses, que foi escândalo nacional, inclusive de hospitais, no nosso estado. Então, são as questões dessa natureza que esta Casa, que esta comissão, está atenta, porque nos recursos da saúde há muitos desvios. O senhor sabe disso! Deputado, viemos acompanhando isso sistematicamente.

E a outra questão é que o SUS é um programa que defendemos, tenho certeza que o senhor também, somos da época de 1986, quando estavam implementando o SUS no nosso Brasil, ele é um programa que tem sido copiado por outros países do nosso planeta porque tem dado as condições de a população ser atendida com cirurgias, consultas, atendimento necessário, mas temos que ver a gestão do nosso programa. Há desvios, sim, infelizmente. Tem que ter zelo pelo dinheiro público.

Outra questão é a dos planos de saúde também estão com problemas. Há determinados planos de Saúde cuja demora para remarcar uma consulta é maior do que pelo SUS, deputado Dr. Vicente Caropreso.

Então, teremos um grande trabalho pela frente, e a população catarinense tem defendido e apoiado, sim, essa causa tão importante. Fico muito feliz de o senhor estar vice-presidente dessa comissão, porque vai contribuir muito no debate.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Mas estamos aqui cada vez mais preocupados com essa finança dos hospitais e, também, com o tipo de administração que leva principalmente a medicina de média complexidade, que é o calo dos gestores municipais, em relação, por exemplo, às

consultas especializadas. Há procedimentos não tão complexos, mas acima de tudo, que dizem respeito às grandes filas. Por isso, defenderei um debate de alto nível para que possamos rever e conhecer profundamente a saúde regionalizada, as policlínicas multifuncionais de saúde que foram implementadas no estado de Minas Gerais, no governo de Aécio Neves. Realmente, uma verdadeira administração a parte, trazendo uma rapidez, agilidade nos procedimentos, um novo posicionamento. Inclusive, o Ministério Público Estadual de Minas Gerais permitiu a gestão também de profissionais liberais na prestação de serviços sem serem contratados diretamente.

Então, defendo um amplo debate sobre o assunto para que possamos avançar no setor da saúde e trazer um pouquinho mais de tranquilidade a prefeituras através da gestão, mas acima de tudo, ao cidadão com maior agilidade nos procedimentos médicos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Valdir Cobalchini, por até 15 minutos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero apenas me somar ao anúncio da presença do grupo da terceira idade da cidade Pinhalzinho e de Modelo, do sr. Leonir, coordenador; também o Bento Borba Souza, que é um grande líder da comunidade. O Grupo Força da Amizade nos visita hoje, veio conhecer esta Casa.

Sejam todos bem-vindos.

O Sr. Deputado João Amin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Esta Presidência, da mesma forma, faz das suas

palavras as nossas e deseja as boas-vindas a esses grupos que vem do nosso querido oeste de Santa Catarina.

Com a palavra, pela ordem, o deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, também queria cumprimentar a vereadora Marlei Bayer, de Benedito novo, que se faz presente aqui na Casa, e que está a caminho de um evento do PP no Rio Grande do Sul, da juventude.

Seja bem-vinda e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Da mesma forma também damos as boas-vindas a nobre vereadora.

Com a palavra o deputado Valdir Colbachini, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLBACHINI - Sr. presidente, deputado e amigo, Leonel Pavan, queridas deputadas, queridos amigos deputados, público que nos assiste pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Eu acompanho também, deputado João Amin, com bastante apreensão, o momento em que vivemos no nosso estado e no país. Acompanhamos as notícias fartas, srs. deputados, em todos os jornais, e trago aqui o *Diário Catarinense*, que não é diferente dos demais.

Não poderia me omitir, deputado João Amin, como vice-presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano desta Casa, em tratar esse assunto, e acho que isso não é chover no molhado, porque vários parlamentares têm essa preocupação, até por conta de que durante três anos, três meses e três dias ocupei uma pasta muito importante que tem toda a relação com a área de transporte, incluindo todos os modais.

O modal rodoviário em Santa Catarina e no país, praticamente, transporta 90% das nossas cargas. Nós somos reféns do transporte rodoviário. O deputado Dirceu Dresch pediu que eu fizesse a adesão a um requerimento que ele irá apresentar para recriar a Frente Parlamentar Pró-ferrovias. O Brasil que nos acompanhamos durante os últimos anos, os projetos, as intenções de construção de

ferrovias, de norte a sul, de leste a oeste, seja a ferrovia que interliga os portos aqui em Santa Catarina, mas torcemos, acompanhamos e queremos também nos juntar a essa frente para que Santa Catarina tenha ferrovias. Eu sei que a médio prazo isso não vai acontecer, mas que efetivamente elas possam sair do papel.

Santa Catarina é um estado que depende de insumos dos grãos que vêm do centro oeste para abastecer o nosso agronegócio. E certamente que vejo nas ferrovias uma grande saída, por outro lado, o transporte hidroviário e marítimo não tem sido utilizado, ou muito pouco utilizado no país, e se esse modal fosse utilizado, certamente, evitaríamos que um caminhão que sai daqui do oeste catarinense vá até o Amazonas. Alguns mil quilômetros transitando nessas rodovias encarecendo pelo custo do frete, quantas vezes o custo do produto. Se tivéssemos o transporte hidroviário ou de cabotagem, certamente, substituiríamos vários caminhões por um navio de cabotagem.

Por outro lado, o transporte aeroviário, que também poderia se transformar em transporte de cargas, termos, por exemplo, terminais de cargas em nossos aeroportos no sul, no norte de Santa Catarina, aqui em Florianópolis, deveríamos também estimular o transporte não apenas de passageiros, mas de cargas de nossos em nossos aeroportos.

Nós acompanhamos o lançamento de um programa que prevê infraestrutura em 270 aeroportos no interior do país, deputada Ana Paula Lima. Penso que devemos nos mobilizar com o ministro da Aviação Civil, o novo ministro que é gaúcho, para que, efetivamente, possamos oferecer melhor infraestrutura para os nossos aeroportos do interior do nosso estado, seja de Concórdia, deputado Neodi Saretta; ou de Chapecó, onde temos o projeto concluído para a ampliação da pista, concluído e aprovado pela Anac - Agência Nacional de Aviação Civil -, para a construção de um novo terminal de passageiros.

Enfim, mesmo em Jaguaruna temos uma pista de 2.500m, e já temos o projeto para ampliação de mais 15m, ficando a pista com 45m.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Valdir Cobalchini, não poderia deixar de fazer um pequeno aparte na sua fala para parabenizar a linha de raciocínio que v.exa. está desenvolvendo, especialmente nessas alternativas nos transportes e melhorias dos nossos aeroportos, quanto à questão das ferrovias, que é importante e a melhoria das nossas rodovias, que ainda precisam de muita coisa para que de fato tenhamos condições adequadas para o transporte.

Quero solidarizar-me com a sua fala, especialmente neste momento de preocupação. Como v.exa. falou, todos estão, de uma forma ou de outra, empenhados para buscar a solução desse impasse que envolve os caminhoneiros nas suas justas reivindicações. Eu acho que, de uma forma ou de outra, temos que buscar alternativas para chegarmos a um acordo e resolver essa situação que temos no momento.

Muito obrigado, deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta. Quero aproveitar também, presidente Leonel Pavan, para informar que estamos protocolando nesta Casa um requerimento propondo a criação de uma Frente Parlamentar Pró-Duplicação da BR-282, que corta toda Santa Catarina de leste a oeste do nosso estado, até a Argentina.

Esta rodovia de 680km foi construída há 42 anos e movimenta 1.100 carretas com cerca de 30 toneladas todos os dias. Pelo menos em alguns trechos é urgente que os projetos estejam concluídos e essa obra possa merecer ampliação, porque essa rodovia, em alguns trechos, está completamente esgotada, entra quase que em colapso. Isto provoca acidentes, falta de mobilidade, prejuízos materiais, vidas que são ceifadas.

Então, estou encaminhando a esta Casa esse requerimento, aliás, quero também, deputado Gabriel Ribeiro, solicitar a sua adesão, porque Lages, no coração de Santa Catarina, tem a rodovia BR-282 como principal eixo rodoviário.

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - Deputado Valdir Cobalchini, quero agradecer o aparte, parabenizá-lo pela iniciativa de v.exa. em propor essa frente parlamentar para a duplicação BR-282. Eu sou sensível aos interesses da infraestrutura de Santa Catarina, v.exa. já foi secretário de infraestrutura e conhece como ninguém a malha viária do nosso estado, sabe da importância da rodovia BR-282, a BR que liga o litoral ao oeste, passa por municípios importantes de nosso estado, e a nossa região serrana, e falo de Lages e municípios vizinhos, clama, hoje, pela duplicação dessa importante rodovia.

Então, por isso, quero parabenizar v.exa. pela iniciativa, e faço questão de acompanhá-lo nessa frente parlamentar para juntos e unidos somarmos forças e duplicarmos a BR-282.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Deputado Valdir Cobalchini, quero parabenizá-lo pelas iniciativas, por trazer assuntos tão importantes para o debate e também pelas propostas. Recentemente, ocupei a tribuna e lancei a ideia de uma Ferrovia Translitorânea, que está caindo de madura. A BR-101 não está duplicada no sul e já está esgotada, praticamente saturada pelo movimento. Qualquer acontecimento um pouquinho diferente traz problemas graves ao trânsito, complica a vida e outros pontos de Santa Catarina também já estão com gargalhos. O problema é ter vontade política para querer começar e resolver, dar um passo à frente, como em outros países que veem o transporte rodoviário realmente como prioridade.

Aqui no nosso país o que vemos, especialmente em Santa Catarina, são os trens de cargas que de vez em quando descarrilam, que também tem as suas malhas com grandes dificuldades e para o passageiro é algo extremamente importante em países como Estados Unidos, Canadá, na Europa toda, na Rússia, no Japão, em tantos outros países. O Brasil tem alguma coisa errada, e essa caixa preta tem que ser quebrada. E por que o monopólio?

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Nós é que agradecemos, deputado Dr. Vicente Caropreso. Eu sei que o ministério de Transportes tem estudos para o transporte de passageiros, não apenas aqui no norte, no litoral norte, em Florianópolis, em Balneário Camboriú, em Itajaí, em Joinville, em Jaraguá do Sul, mas também em direção ao sul.

Então, essa ferrovia tanto para cargas como para passageiros, é fundamental, é muito importante. É preciso que o nosso estado se mobilize através de todas as forças políticas, empresariais, todas as lideranças, porque é um estado importante, que não tem a mesma representação política que tem São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e o Paraná, mas a nossa economia contribui e muito para a grandeza do nosso país.

Por isso, penso que, independente de partidos políticos, esta Casa e Santa Catarina, através do Fórum Parlamentar em Brasília, possa trabalhar pela infraestrutura do nosso estado incluindo o litoral e todas as regiões do nosso estado. As duplicações da BR-470, da BR-280, as melhorias que estão sendo feitas na BR-116, muito embora concessionada, temos que reconhecer, tem melhorado muito. Às vezes esse é o caminho, é justo pagar pedágio quando as condições das rodovias melhoram e essa eu quero testemunhar que melhorou, e muito.

Quero agradecer a todos, presidente, deputado Leonel Pavan, e dizer que vamos voltar a tratar desses temas, porque por um bom período estivemos na secretaria de Infraestrutura, e eu tenho a obrigação de tratar desses assuntos relevantes

para a economia e para o desenvolvimento do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Valdir Cobalchini, cumprimento-o pelo pronunciamento e quero me colocar à disposição também para pertencer a sua frente parlamentar, eu acho de suma importância que tenhamos esse compromisso e responsabilidade com projetos dessa natureza.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Muito obrigado, sr. presidente, ao cumprimentá-lo estou cumprimentando também todos os parlamentares, todos que nos acompanham pela TVAL, e quero cumprimentar, de forma muito carinhosa, o meu amigo e vereador da cidade de Benedito Müller que está acompanhando esta sessão. Muito obrigado pela presença! Da mesma forma, secretário, é uma satisfação muito grande tê-lo aqui.

Sr. presidente, já nesta manhã, o ex-secretário da Infraestrutura, o meu amigo, deputado estadual e presidente do PMDB, Valdir Cobalchini, falou da questão do transporte, da questão da ferrovia, e acabamos de vivenciar a greve dos caminhoneiros no nosso país, situação muito delicada, muito complexa, um país que hoje tem apenas 5% do seu transporte através de ferrovia, deputado Neodi Saretta. Eu ando hoje pelo vale do Itajaí, onde existia uma ferrovia que ligava antigamente Rio do Sul/Blumenau ao litoral, e esta ferrovia por um erro do passado foi desativada. Enquanto que muitos países valorizam a questão do transporte ferroviário, muitos locais do mundo valorizam esse transporte por ser mais seguro e econômico, o Brasil, na sua história, cometeu um grande equívoco, foi na contramão disso.

E agora o governo federal tem projetos para trabalhar essa questão ferroviária. Eu estive semana passada em uma reunião muito importante tratando a questão da Ferrovia do Frango, onde estavam presentes outros deputados, como o deputado Aldo Schneider, o deputado Milton Hobus, secretário da Defesa Civil, os presidentes das Associações Comerciais de Itajaí, de Blumenau e Rio do Sul, sabendo da importância dessa ferrovia para o desenvolvimento do nosso estado.

Eu quero primeiro fazer a defesa do transporte ferroviário, de fundamental importância para o crescimento das nossas indústrias, para a geração de empregos, até para salvar as vidas das pessoas na BR-470, deputado Neodi Saretta. Hoje existe um projeto de duplicação da BR-470, em andamento, sendo executado, existe a questão da ferrovia, e tudo isso é importante para modernizar, para gerar empregos, mas também é muito importante para reduzir o número de acidentes e mortes na BR-470. Eu sempre digo que uma vida não tem preço e, com certeza, uma vida ceifada na BR-470 poderia ser evitada se houvesse mais força no transporte ferroviário. Por isso, quero parabenizar todos que estiveram presentes na reunião na última semana na cidade de Rio do Sul.

Mas quero dizer também que essa Ferrovia do Frango, ferrovia que está projetada para ligar Chapecó, Dionísio Cerqueira até o Porto de Itajaí, no centro do estado. Não faz sentido fazer com que haja ramificação e desvio do seu trajeto pelo planalto norte, sendo que o objetivo é ligar o Porto de Itajaí. Pode haver no futuro, sim, uma ramificação permitindo que haja essa ligação, inclusive com a ferrovia que vai ligar o litoral deste país.

Agora essa ferrovia, que está sendo projetada, a Ferrovia do Frango, é para ser a Ferrovia da Integração, vai ser muito importante para todos nós, e teve o seu projeto assinado, a ordem de serviço, e está sendo feita, com parceria, pela Empresa Prosul, ferrovia que será muito importante para o sul de Santa Catarina, e não faz sentido nenhum que ela não passe pelo centro do estado,

que não passe justamente pela região do vale do Itajaí, que precisa muito desse desenvolvimento, que é fundamental se ligar Chapecó ao Itajaí, deputado Neodi Saretta, é uma questão lógica e natural do processo.

E daí, sim, depois com a implantação da Ferrovia Litorânea, teremos que fazer a sua ligação para outros portos, que vai ser natural, levando ao Porto de Itapoá, ao Porto de São Francisco e ao Porto de Imbituba, aí teremos um grande complexo. E com isso também, quem sabe, no futuro, buscar outras ramificações com outras regiões do estado que também precisam se desenvolver através da questão ferroviária.

Mas quero fazer uma defesa dos empresários do vale do Rio Itajaí, das Associações Comerciais e das entidades, e parabenizá-los pela manifestação e mobilização. É importante que a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A. tenha conhecimento dos dados econômicos dessa região, e que se tenha conhecimento do potencial de todo o vale do Itajaí, porque é fundamental que essa ferrovia siga esse traçado, até por questão de economia do projeto, pela questão efetiva de velocidade da chegada da carga, da saída de Chapecó até Itajaí, porque esse é um processo natural.

Então, defendemos esse trajeto e queremos fazer um apelo às entidades para que continuem na mobilização, continuem na força, porque é somente com mobilização, com a força, com a união de todo o vale do Itajaí e das lideranças políticas, independente de partido político, de todos juntos, que vamos garantir que esse traçado não seja alterado e que o projeto original seja mantido, porque sem dúvida alguma, é o mais coerente e, acima de tudo, o economicamente mais interessante para todo o estado de Santa Catarina.

Além disso, sr. presidente, permita-me, quero utilizar a tribuna, porque tivemos uma reunião com o delegado-geral da Polícia Civil do Estado, o delegado Artur Nitz, juntamente com empresários do setor têxtil, com o pessoal que representa o Conselho Estadual de Combate à Pirataria, o fiscal

Jair Schmidt, da secretaria da Fazenda, discutindo a questão para aprimorar ações no combate à pirataria em nosso estado. Para os srs. terem uma ideia, existe um levantamento que diz que no país existem, aproximadamente, de 150 mil a 200 mil pessoas que trabalham com pirataria, com compra e venda de produtos piratas. E essas pessoas com esse trabalho prejudicam as indústrias brasileiras, pois elas deixam de gerar cerca de dois milhões de empregos. Ou seja, existem segmentos que protegem uma parcela da sociedade que age de forma informal, gerando concorrência desleal, em detrimento de cerca de dois milhões de empregos no país.

Se nós analisarmos somente a questão da indústria catarinense, como a Lepper, a Dudalina ou a própria Mormaii, que são empresas que produzem produtos catarinenses e que muitas vezes têm os seus produtos falsificados.

Quando nós compramos um produto falsificado dessa empresa estamos deixando de gerar emprego em Santa Catarina, e neste momento de recessão é fundamental que haja um trabalho forte para que essas empresas possam manter a geração de emprego. Não adianta a Polícia Federal apreender um *container* de mercadoria falsificada, por exemplo, da Mormaii e depois fazer a doação e colocar no mercado. Recentemente, a Polícia Federal apreendeu somente numa apreensão a produção de um ano da empresa. E aí como é que ficam os empregados daquela empresa? Como é que fica a geração de renda no município? Tudo isso é afetado.

Então, temos que trabalhar de forma muito forte, no sentido do combater a pirataria, para que haja uma concorrência leal, honesta, sadia, permitindo às nossas indústrias, às nossas empresas de gerarem emprego em nosso estado, porque quem ganha com isso é o nosso trabalhador, são aquelas pessoas que precisam de emprego para sustentar e dar dignidade à sua família, poderem trabalhar com calma, com tranquilidade e ter qualidade de vida.

O vereador de Benedito Novo sabe que lá existe uma empresa da Dudalina e quanto é

importante que aquela empresa continue forte no município, para gerar emprego, porque há muitas pessoas que dependem daquela empresa. É um exemplo a Dudalina, existem outros exemplos.

Assim sendo, quero aqui fazer um apelo à Polícia Civil, ao secretário César Grubba, ao secretário da Fazenda, para que façam uma ação conjunta no sentido de inibir, de coibir que os produtos de empresas catarinenses sejam falsificados, para que possamos realmente valorizar aquilo que é nosso, gerar renda, gerar receita, para poderemos aplicar em saúde, em educação, em infraestrutura, gerar emprego em nosso estado, porque temos, acima de tudo, que proteger aquilo que é produzido pelo nosso povo, aquilo que é produzido pela nossa gente, aquilo que é produzido com a nossa inteligência e com a nossa capacidade. Para isso temos que ter apoio da secretaria da Fazenda e da inteligência da Segurança Pública, que é muito importante para todos nós.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Jean Kuhlmann, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. É extremamente importante que nós consigamos valorizar o que é nosso, e quero destacar junto com a sua fala essa questão das medidas que o governo federal tomou nos meses de janeiro e fevereiro, restringindo a importação.

Nós precisamos criar emprego aqui dentro, precisamos de renda em nosso país, precisamos valorizar o que o povo brasileiro produz, mesmo que venham produtos de fora com um custo mais barato para cá, produtos esses que são feitos por mão de obra escrava, por mão de obra mal remunerada. Então, é extremamente importante a sua fala, tanto dos produtos falsificados apreendidos quanto dos produtos que venham de outros países. Nós precisamos valorizar o nosso empresário, a geração de emprego aqui dentro.

Assim sendo, quero me somar à sua fala, ao seu discurso nessa perspectiva.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu agradeço, sr. deputado.

Essa atitude é, realmente, uma atitude importante, porque se fizermos uma análise, volto no caso da camisa da Dudalina, quando vamos a um estabelecimento comercial e encontramos a camisa por um preço e vamos em um outro e a encontramos por um terço daquele valor, podemos verificar que esta última mais barata é, na verdade, uma camisa falsificada que veio importada da China. Por isso temos que restringir a importação. E aquela camisa falsificada, ex-governador Leonel Pavan, não vai gerar emprego ao trabalhador catarinense. Não vai garantir, por exemplo, que a Dudalina possa continuar, em muitos casos, ajudando na creche uma criança ou uma mulher que trabalha naquela empresa. E aí vamos continuar deixando que o nosso produto catarinense seja falsificado? Percebam o prejuízo que o nosso estado terá com a receita! V.Exa., que foi governador, sabe quanto é importante incrementar receita para investir na saúde, na educação, na segurança, como também nessa geração de emprego.

Então, é este apelo que faço às autoridades, ao secretário da Segurança César Grubba, ao secretário da Fazenda Antonio Gavazzoni, para que possamos trabalhar junto com a Fiesc, junto com o Conselho Estadual de Combate à Pirataria, no sentido não de perseguir alguém, não é este o objetivo, mas de fazer com que a Justiça seja feita, fazer com que as empresas catarinenses sejam valorizadas de verdade, para que o nosso trabalhador possa ganhar um bom salário, porque a partir do momento em que uma empresa consegue vender um produto com valor agregado ela consegue pagar um salário melhor, e temos que brigar pelo salário do trabalhador.

E são justamente essas empresas que têm valor agregado ao seu produto acima da média que têm o seu produto falsificado, porque ninguém falsifica uma empresa que não tem valor agregado ao seu produto, prejudicando aqueles que trabalham com responsabilidade social, que distribuem lucro para os seus trabalhadores, aquelas empresas que têm

qualidade no seu trabalho, que pagam um bom salário, permitindo a elas de poderem dar sustentabilidade à sua rede de colaboradores.

Então, dentro disso o estado tem a obrigação, o dever de proteger aquilo que é nosso, aquilo que é catarinense, aquilo que é feito com a mão de obra e com a inteligência do nosso povo. E essa obrigação vou cobrar das nossas autoridades, porque entendo que é fundamental, não apenas por uma questão de receita, mas por uma questão até de dignidade, defender aquilo que é do povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, hoje aconteceu o dia de paralisação e mobilização dos trabalhadores da Celesc e recebemos agora a informação de que já fizeram um processo importante de negociações, em que vários pontos da pauta foram colocados, como o fortalecimento da empresa, a importância da participação dos trabalhadores no conselho da empresa, da gestão da empresa e a manutenção da Celesc pública e catarinense. E as lideranças dos sindicatos nos ligaram para dizer que se está caminhando bem o dia de negociação e o dia paralisação dos trabalhadores.

Assim sendo, quero parabenizar o sindicato pela luta que faz, uma luta justa, com certeza, para manter essa empresa dos catarinenses.

Obrigado, sr. presidente.

A Sra. Deputada Dirceu Heiderscheidt - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Dirce Heiderscheidt.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do secretário da Habitação, Ivan

Magaldi Junior, do município de Lages, e do vereador David Moura, juntamente com os seus assessores Érico e Vagner.

Sejam todos bem-vindos a este Parlamento catarinense, que também é extensão do município de Lages, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Da mesma forma, desejamos boas-vindas às autoridades aqui presentes do município de Lages, da nossa querida região serrana.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0009/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência informa que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 31, de autoria do deputado Valmir Comin; 32, de autoria do deputado Aldo Schneider; 33 e 34, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 64, de autoria do deputado Gean Loureiro; 65, de autoria do deputado Aldo Schneider; 66, de autoria do deputado Antônio Aguiar, e 67, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

Moção n. 08, de autoria do deputado Cesar Valduga, a ser enviada à presidenta da República e aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, manifestando contrariedade à intenção externada, no final de 2004, pela equipe econômica do governo federal sobre a possível abertura de capital da Caixa Econômica Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Srs. deputados, há sobre a mesa um requerimento de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, pedindo à Presidência desta Casa a suspensão da sessão por dez minutos, para fazer uso da palavra o sr. Polidoro Júnior, autor do livro 90 anos do maior clássico - Avaí X Figueirense.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - (Faz soar a campainha.)

Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados.

Eu queria fazer aqui dois relatos, um, inclusive, buscando a fala do deputado Valdir Cobalchini, que falou sobre a cabotagem, o transporte sobre trilhos. Acho que a falta de planejamento é algo muito presente na história do Brasil.

Deputado Maurício Eskudlark, nós temos uma rede ferroviária, uma malha ferroviária grande, nós temos um país de um tamanho continental com uma malha ferroviária, mas não se entende por que a polegada do norte não é a mesma polegada do sul. Não dá para entender como é que um país desse tamanho faz com tamanhos diferentes a sua malha ferroviária. A cabotagem também, nós estamos ainda engatinhando nesta questão.

Mas, hoje, mais do que nunca, nós temos que pensar esta questão do transporte por uma cultura do Brasil, não só pelo lado frio dos números, mas hoje o transporte rodoviário, sr. presidente, ele

não tem só essa importância, tem uma grande importância social também.

São milhares e milhares de pessoas que dependem da cadeia do transporte rodoviário. Vai desde o motorista, passando pelo borracheiro, pelo mecânico, passando por peças, por lubrificantes, por fábricas de pneus, de carrocerias. Nós temos, aqui em Santa Catarina, uma fábrica forte de carrocerias no município de Içara. Ou seja, nós temos uma grande cadeia produtiva e social do transporte rodoviário. É muito grande. Prova disso é que só os caminhoneiros para parar este Brasil.

Em virtude disso, eu me preocupei com o *whatsapp* que recebi, deputado Leonel Pavan, da palavra de um dos líderes que estava ontem reunido com o gabinete da presidente. E ele disse o seguinte, deputado Mario Marcondes, ele gravou e tenho no meu telefone, que na hora em que o Jornal Nacional ontem dava o fim da paralisação, ou seja, um acerto, eles ainda estavam em reunião, e estavam com os celulares desligados para que a imprensa não pudesse fazer. Ou seja, ele coloca ali que foi uma artimanha do governo federal, que ainda estava em negociação, para dizer que tinha terminado o problema, tinham chegado a um acordo, e segundo o que eu tenho ali não chegaram.

O que me preocupou é que agora parece que a ordem é parar até os carros pequenos e ônibus, para mostrar ao governo que não é como o governo passou ontem para a imprensa. Fico preocupado com isso! Muito preocupado! Porque o desabastecimento já está acontecendo, o porto de Itapoá está fechado desde segunda-feira. Agora pela manhã, com a ação da polícia pacificadora, uma ação pacífica, houve a reabertura, o oeste está sem combustível, o leite está sendo jogado fora.

Ainda ontem um colega meu falou pessoalmente comigo que 80 mil ovos estavam sendo jogados fora, e que, se a comida para as aves não chegasse hoje, ele ia ter que abater 50 mil aves. Então, o problema se agrava.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Loenel Pavan - Deputado Kennedy Nunes, hoje debatemos, por diversas vezes, sobre esse assunto, e este deve ser o debate do Brasil. É na imprensa, é nas casas, é nos comércios, é nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas, talvez seja um dos momentos mais críticos que o Brasil está passando nos últimos anos.

Eu espero que isto sirva para alertar os governos, eu também fui governante, os governos, independente de cores partidárias. Mas alertar principalmente o governo federal para mostrar o quanto somos frágeis nos transportes. Um país que não tem outro tipo de transporte, marítimo tem pouco, de cabotagem quase não existe, exceto alguns lugares, ferrovias, numa região como a nossa, não existe.

Gostaria que essa manifestação dos caminhoneiros servisse também para alertar o governo no sentido de que invista mais em opções para o transporte.

O seu pronunciamento é importantíssimo, Esperamos que a voz de Santa Catarina encontre eco em Brasília.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado.

Mas, queria falar de coisa boa. E tenha a grata satisfação de trazer um vídeo produzido pela minha assessoria que mostra a Escola Estadual Professora Maria Amin Ghanem, que ficou fechada por três anos. E quero mostrar o perfil da nova escola que está sendo feita pelo governo aqui em Santa Catarina. Vejam que interessante.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Quero fazer esse registro, porque acompanhei a história dessa escola, a luta da comunidade, a vida dos alunos nestes três anos em que esteve fechada, do ir e vir para outros colégios, o problema com o transporte e agora vemos a qualidade da obra, os equipamentos novos.

Agora, é uma escola referência, e por isso quero parabenizar o governo do estado, a secretaria da Educação, do Desenvolvimento Regional de Joinville. Isso tudo aconteceu pelo esforço dos pais, dos professores, da comunidade

que se mobilizou e exigiu do governo. É dever de o governo fazer isso. Quando se fala que o governo reformou mais uma escola, parece que apenas trocaram uma telha, e neste caso não, a reforma foi do piso até o teto, com tudo de qualidade. E quero parabenizar a secretaria do Desenvolvimento Regional de Joinville que fez a fiscalização da empreiteira para que o memorial descritivo fosse cumprido, porque muitas vezes se coloca no memorial descritivo determinados objetos com qualidade e, na execução, se não houver essa fiscalização, vem com outro tipo de qualidade.

Parabéns ao meu colega, Jorge Nascimento, que é diretor da escola, que foi meu colega de aula, e que está lá dirigindo aquela escola. Mais uma vez parabéns ao governo do estado, às secretarias envolvidas e, principalmente, à comunidade do bairro aventureiro. Somente, para imaginar, deputado Maurício Eskudlark, o bairro Aventureiro de Joinville é maior do que 168 municípios de Santa Catarina. Imagina a potência que é esse bairro e também a importância dessa escola lá.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Com a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Somente para registrar a presença, nesta Casa, do Vereador Cláudio Tonet, do município de Laurentino; vereador Chero, de Navegantes e o vereador Gui Pereira, nosso amigo e vereador da capital.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Sejam todos bem-vindos a esta Casa Legislativa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. Presidente, srs. deputados, srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Quero, inicialmente, apresentar a v.exa., presidente, desta sessão, um pedido para que esta Casa encaminhe condolências aos familiares, pelo falecimento de dona Amélia, de Itajaí, uma senhora que deu uma grande contribuição social à comunidade, e que ontem teve um mal súbito e faleceu. A cerimônia de sepultamento ocorreu, hoje, pela manhã, na minha cidade de Botuverá.

Em segundo lugar, gostaria de cumprimentar esta Casa, os deputados, pelo entusiasmo que estamos começando os trabalhos este ano. Eu estive verificando vários projetos que estão sendo apresentados, que traduzem a angústia dos deputados, mas, principalmente, a necessidade do povo catarinense de se resolver algumas ações importantes e que, muitas vezes, não cabe a esta Casa fazer os projetos. Aliás, essa é uma das dificuldades que certamente o Parlamento tem, porque muitas vezes se promovem discussões importantes, mas não tem o poder, não tem a autoridade, constitucionalmente, não pode tomar algumas iniciativas. Mas que, certamente, a discussão é o que, justamente, faz chamar as pessoas, todas, à reflexão para mudança de atitude do governo.

Por exemplo, estava há pouco aqui o deputado Kennedy Nunes falando sobre a situação do problema do transporte em Santa Catarina, da necessidade de ferrovias, também o deputado Leonel Pavan que aparteou, colocando que o transporte inteiro está em cima basicamente do sistema rodoviário. E que tanto o serviço de cabotagem quanto o serviço ferroviário, a implantação de ferrovias não estão acontecendo, quase não temos implantação de novas ferrovias, estamos operando com as antigas, de dois séculos atrás, que foram feitas por Dom Pedro ou algumas que estão sendo feitas até no lugar errado. Por exemplo, a Ferrovia Transnordestina o que transporta e para onde? Até mesmo a ferrovia norte-sul, que eu imagino que no futuro deva transportar, deva ser muito importante. Mas onde existe o grande movimento econômico e social agora, não tem. Estão aí os estados, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, isso

quer dizer que esse movimento que os caminhoneiros fizeram de certeza eles irão dar uma contribuição muito grande ao Brasil. Passaram-se anos discutindo sobre o Trem Bala entre Campinas e o estado do Rio de Janeiro. Mas se colocarmos várias linhas aéreas de graça entre as cidades, ainda assim é mais barato para o Brasil do que se colocarmos o Trem Bala, ali. Mas, certamente, já foram gastos 10% a 20% com o projeto.

Hoje, o sistema ferroviário não existe no Brasil e algumas iniciativas estão sendo construídas no lugar errado. Esquecem os lugares onde já teríamos a necessidade urgente de fazer. Precisamos aprender a fazer essas obras essenciais em menos tempo, justamente para atender às necessidades. Quando olhamos a BR-101 sendo duplicada - e eu na época era deputado federal, juntamente com o deputado Leonel Pavan, em 1994 - mas em 95 e 96 é que se começou a fazer a BR-101 e o trecho norte, e de 1996 até 2002 se concluiu o trecho norte da Palhoça até a divisa com o Paraná. De 2002 até agora já se passaram 12, 13 anos e se vai mais uns dois anos para, de fato, concluir o trecho sul da BR-101. Se olharmos a duplicação da BR-470, faz pelo menos uns dez anos, que tínhamos a impressão de que se passássemos por lá seríamos atrapalhados pelos tratores que estariam trabalhando na referida duplicação.

E passados esses anos as assinaturas de ordem de serviço, de licitação, enfim, quem ouve pelos meios de imprensa e até nós que somos deputados, passamos a acreditar que no dia seguinte, em breve, estaria começando a duplicação da referida Br. E, agora, começou, de fato, de Blumenau até Navegantes, mas duvido que consigamos ver, ao menos na nossa vida parlamentar, a BR-470 totalmente duplicada, ou pelo menos até a inserção da SC-486, ou a BR-280, de Jaraguá até São Francisco, onde tem o porto que transporta, não apenas o produto econômico de Jaraguá, mas todo o planalto norte, que desce por essa rodovia, que são os municípios de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Mafra também esperam há anos a sua duplicação.

Então, o governo vai ter que aprender a por velocidade nos seus projetos e aquilo que quando nós pensamos em fazer alguma coisa se vão 20 anos e ainda não está pronto.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado Serafim Venzon, v.exa. é uma pessoa muito experiente na vida parlamentar, pois já foi deputado federal e considerado um dos melhores do nosso país. Mas, quero dizer que o senhor levanta um assunto importante, como as coisas que se promete, de projetos que são encomendados e expectativas que são levadas à população brasileira e que, de repente, não acontecem.

V.Exa. falou de algumas rodovias que não são coisas de agora. Há quanto tempo nós estamos pleiteando, trabalhando? Às vezes não é competência do estado, mas do governo federal, aliás, as rodovias federais são do governo federal, mas o estado tem que se manifestar.

Quando o sr. Luiz Henrique foi governador e eu vice-governador, ficamos atentos a todos os movimentos do governo federal para tentar fazer com que os projetos fossem realizados. E como era difícil, duro tentar pleitear, ser parceiro, para governo federal virar as costas para os seus pleitos. Santa Catarina sofre muito pela discriminação do governo federal.

A classe política está com descrédito perante a opinião pública por essas coisas, promete-se e não se cumpre e quando se começa demora um monte. A BR-470 já iniciou umas dez vezes e paralisou, assim como a BR-270, aí veio a Dilma, o Lula, enfim, inicia e para, inicia e para. É difícil isso e quando se toca a obra ela anda a passos de tartaruga.

Mas queria acrescentar ao seu pronunciamento que aqui em Santa Catarina o atual governador assinou, mais ou menos, 40 projetos em municípios pequenos através do Fundam e até agora não liberou. Então, os governantes vão lá criam expectativas, assinam aquilo que realmente deve

ser assinado, recebem os aplausos e a imprensa noticia, mas depois se esquece.

Vou fazer *mea culpa*, e até mandei fazer um levantamento para saber se aconteceu isso no meu governo. Espero que não.

Portanto, os políticos têm que mudar a sua forma de agir, senão a sociedade vai cobrar com dureza. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Leonel Pavan. E justamente esse é o foco que queria dar, existem assuntos que não cabem a esse Parlamento, à Assembleia Legislativa legislar, não conseguimos fazer leis, no máximo conseguimos fazer uma indicação, pedir, mas precisamos fazê-lo, porque a sociedade, o povo não tem como pedir, e fomos eleitos para sermos os seus representantes, é aquilo que podemos fazer.

Aliás, as assembleias têm pouco poder de legislar, o grande serviço que passa pela Assembleia são justamente os projetos que vêm do governo, mas os de origem da Assembleia são muito poucos, não porque os deputados não queiram fazer, mas porque não cabe fazer. E um grande número de projetos que esses deputados fazem ainda assim são ditos inconstitucionais. Mas é importante que aconteça a discussão, que aconteça o encaminhamento justamente para chamar a atenção e, em nome da sociedade, passar adiante essa preocupação, passar adiante todas as coisas que o governo precisa mudar. Se não cabe à Assembleia Legislativa fazer essa mudança, mas precisamos, principalmente, ser o grito da sociedade, que clama por um serviço público mais eficiente que, infelizmente, está sendo muito demorado.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o próximo orador inscrito deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, vereadores, lideranças presentes nesta sessão, quem nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital. Quero registrar que estivemos,

ontem, em Brasília para participar de uma reunião com o ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha, agendada pelo deputado Celso Maldaner, que teve a participação do deputado federal João Rodrigues e do senador atual, o ex-prefeito da nossa capital, Dário Berger, e de várias lideranças de vários municípios do nosso estado, para tratar desse projeto do governo federal referente à aviação civil vai fazer investimentos.

As notícias do ministro Eliseu Padilha são boas, mas, como já falaram os deputados Serafim Venzon e Leonel Pavan, com as suas experiências, vai-se a Brasília, recebe-se a informação, o relatório e o andamento dos projetos, cria-se uma expectativa, porque todos querem ver as obras, efetivamente, acontecerem, e depois ficamos frustrados e, muitas vezes, a população também fica.

Mas foi bom ver o otimismo do ministro Eliseu Padilha, que acredita que em três meses vai superar as dificuldades ambientais. Todas as obras neste país têm dificuldades ambientais, isto é algo que tem que ser reestudado, o maior óbice são as questões ambientais que o ministro acredita que, em três meses, possam ser superadas, presidente Mario Marcondes, e que possa licitar já que Regime Diferenciado de Contratações.

São obras que já possuem recursos, como disse o ministro Eliseu Padilha, não dependem de empréstimos, não dependem do PAC, são recursos da própria aviação civil, de taxa que são recolhidas com o fim específico de utilização na aviação civil nos aeroportos. São 13 aeroportos em Santa Catarina que vão receber essas melhorias, incluindo Florianópolis, Navegantes e Forquilha. Na audiência tivemos também as presenças de lideranças empresariais, do prefeito de Videira, lideranças de Concórdia, do vice-prefeito de Joaçaba e de Chapecó e de São Miguel d' Oeste.

Sendo que a cidade de São Miguel d' Oeste, o extremo oeste, é a região mais distante da capital, e carente de voo diário para Florianópolis. É uma região que está com boa

qualidade de vida, que recebe investimentos, e a indústria leiteira e a agropecuária estão se destacando, tem exportação de produtos. Na área da saúde o governo do estado tem investido, temos lá o Hospital Regional do Oeste de Chapecó, que está recebendo R\$ 50 milhões; o Hospital Regional do extremo oeste, que também é um grande hospital já com várias especialidades, com capitação de órgãos, transplantes, e para um hospital do extremo oeste isso é muito importante, mas a distância para com a capital ainda é grande. E o cidadão, o empresário, o trabalhador do extremo oeste para pegar um voo tem que sair 2h da manhã, do extremo oeste para chegar às 4h ou 5h em Chapecó. Temos que superar isso.

Ontem a informação do ministro Eliseu Padilha foi positiva, a empresa contratada pelo Banco do Brasil já fez levantamentos para Concórdia, mas, infelizmente, sabemos que nessa cidade há um aeroporto que possui uma localização prejudicada pela situação geográfica do município, é o único aeroporto que não recebeu aprovação, porque sua localização não tem como receber qualquer tipo de ampliação para aeronave maior e também aeronaves comerciais.

O prefeito de Videira estava presente na reunião, mas não pode receber investimentos porque sua cidade está localizada a menos de 40km da cidade de Caçador, que tem o seu aeroporto mapeado nesse projeto de investimento. Cada aeroporto receberá uma média de R\$ 12 milhões a R\$ 13 milhões de investimentos. No caso do extremo oeste o aeroporto com uma pista de 1.260m e com 18m de largura não pode receber aeronaves comerciais e transportar na aeronave mais 40 passageiros.

E hoje as aeronaves comerciais que as empresas têm, possuem, no mínimo, capacidade para 72 passageiros.

Então, as pistas serão transformadas de 18m para 30m de largura, para que proporcionem esse benefício. E na reunião, como o senador Dário Berger e com o senador Celso Maldaner, e com os deputados João Rodrigues e Cesar Souza, todos se manifestaram no sentido de ficarem vigilantes com

relação a este assunto. E, como disse o ministro, esperamos que em três meses essas obras possam ter a sua licitação.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Quero agradecer por ter sido dado um tempo a mais ao deputado Serafim Venzon, querido amigo deputado Mario Marcondes, que está presidindo a sessão neste momento.

Quero, nesta mesma oportunidade, contribuir com o seu pronunciamento, deputado Maurício Eskudlark. V.Exa., que é um conhecedor de todos os problemas que afligem o nosso estado, que foi, quando fui vice-governador, uma das pessoas mais preparadas e mais imbuídas com a questão da segurança do nosso estado, tem essa experiência e pode, sim, contribuir com suas opiniões e contribuir, principalmente, na questão dos aeroportos.

Deputado, vejo que v.exa. está preocupado com o oeste e há pouco me falava sobre a questão de lutarmos no sentido de termos uma linha em São Miguel d'Oeste. Por inúmeras vezes, posei naquele município e como facilita a vida da gente para irmos ao extremo oeste. Eu estive inúmeras vezes lá porque estávamos construindo o hospital de São Miguel d'Oeste, e eu, quando governador, inaugurei aquele hospital, um dos maiores da nossa região. E fazia isso também quando das minhas viagens por todos aqueles municípios, tendo que utilizar para isso o aeroporto daquele município.

Quando íamos a Chapecó atrasava muito a nossa viagem, perdíamos muito tempo na estrada, a 282 é uma estrada horrível e perigosíssima, e quando usávamos o aeroporto de São Miguel d'Oeste ele facilitava muito a nossa vida.

Então, quero dizer a v.exa. que pode contar com o nosso apoio naquilo que for preciso. Se tivermos que participar de uma comissão para que tenhamos uma linha em São Miguel d'Oeste, pode contar com a nossa assinatura.

Eu vejo que há uma morosidade com os aeroportos em nosso estado. Em Jaguaruna, quando fui governador, inaugurei o terminal lá e até agora está fechado. Já passaram quase cinco anos. Nós fazemos as coisas acontecerem, mas há outro lado que segura, que não deixa acontecer.

É preciso que o governo do estado, a associação empresarial, comercial, os setores a fim de termos uma abertura maior no atendimento das regiões onde já existem aeroportos concluídos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Leonel Pavan.

É uma região de grande produção, de grandes indústrias e quando um empresário de São Paulo tem que ir para lá e voltar para a sua cidade ele já pergunta se há voo para aquele município. Quando ele vê que é preciso descer em Chapecó e andar mais duas horas de carro, muitas reuniões, muitos investimentos são prejudicados por essa questão da distância. Então, precisamos mudar isso.

Lá esteve presente também o presidente da associação comercial, sr. Vilmar, o secretário de Desenvolvimento Econômico do município, que representou o prefeito João Carlos Valar.

Com toda a representatividade e a vigilância das nossas lideranças, em nível nacional, esperamos que essas obras, que são 13 aeroportos no estado de Santa Catarina, sejam beneficiadas.

Acompanhamos, naquele momento, a preocupação também de todos os deputados federais na questão da paralisação dos caminhoneiros, do debate da justiça dos pleitos para o transporte do nosso país para os caminhoneiros e falamos, inclusive, com o secretário da Saúde, João Paulo Kleinübing, sobre a preocupação com os hospitais, já que a greve tem feito com que cirurgias sejam suspensas, pois os hospitais não têm medicamento para atender.

Então, esperamos que haja bom senso do governo para a solução desse problema, para o bem...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Deputado Maurício Eskudlark, parabéns pelo assunto, pois a situação dos aeroportos em Santa Catarina é, realmente, um negócio complicado. Não é questão de luxo nem de mordomia, mas sim de necessidade para o desenvolvimento das regiões, a exemplo dos nossos portos. Esperamos que essa reunião que tiveram com o ministro efetivamente se concretize e que os investimentos em aeroportos em Santa Catarina aconteçam, tendo em vista que nas regiões espalhadas em todo o nosso estado se faz necessária a instalação de novos aeroportos.

Parabéns pelo assunto abordado na manhã de hoje.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem à Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos pelos seus 150 anos.

Está encerrada a sessão.